



REPÚBLICA DE ANGOLA

Embaixada da República de Angola na República Portuguesa

RESENHA DE IMPRENSA ANGOLANA

06 de Janeiro de 2025

Elaborado por: Serviços de Imprensa

Av.^a da República nº68, 1069-213
Lisboa - Portugal
Telf.: (+351) 965902180
Fax: (+351) 217 951 778
embaixada.portugal@mirex.gov.ao • www.embaixada.pt



mirex.gov.ao
Ministério das Relações Exteriores

Moussa Faki Mahamat em Luanda para contactos com João Lourenço

O presidente da Comissão da União Africana, Moussa Faki Mahamat, encontra-se desde domingo em Luanda, para uma visita oficial de 48 horas a Angola, com o fim de manter contactos ao mais alto nível.

A informação sobre a chegada do diplomata na capital do país foi confirmada ao Jornal de Angola pelo director de Comunicação e Imagem do Ministério das Relações Exteriores, António Nascimento.

Moussa Faki Mahamat vem ao país numa fase em que o Chefe de Estado, João Lourenço, se prepara para assumir a presidência rotativa da União Africana (UA), já no próximo mês de Fevereiro, em Adis Abeba, Etiópia. De referir que o actual presidente da Comissão da UA, em fim do segundo mandato, dirigiu, no ano passado, uma carta ao Presidente João Lourenço, em que espelhava algumas questões que considerava de profunda reflexão e de tratamento urgente.

Entre os pontos constantes na carta, destaca-se a crise na Arquitectura de Paz e Segurança Africana (APSA), em especial no Conselho de Paz e Segurança (CPS), a ineficácia das

decisões do referido Conselho e a proliferação de mudanças inconstitucionais de governos em alguns Estados-membros. Sobre as preocupações acima citadas, Moussa Faki reconhece que, além de suscitarem uma reflexão sobre a adequação dos dispositivos políticos e jurídicos da União Africana, devem incluir uma eventual revisão do mandato do Conselho de Paz e Segurança, como guardião resolutivo de paz e segurança à escala continental.

No quadro das parcerias estratégicas, o diplomata sublinha que a tendência de marginalizar a organização continental nas negociações bilaterais com parceiros internacionais, põe em causa a credibilidade e o papel central da UA nos acordos de cooperação estratégica, sendo fundamental marcar uma posição definitiva na participação em fóruns internacionais.

Defende, igualmente, a necessidade urgente de revigorar o espírito pan-africano dos pais fundadores e a solidariedade entre os Estados-membros, face aos múltiplos desafios que assolam o continente, nomeadamente o terrorismo e o extremismo violento, além dos desastres naturais.

Financiamento sustentável da UA

Moussa Faki Mahamat considera, também, a persistente dependência do financiamento externo, apesar das tentativas de implementação de reformas, uma ameaça à capacidade de acção independente da União Africana, defendendo, neste sentido, que se resolva com urgência a entrada da organização no G20 e a garantia de um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Angola na liderança da União Africana

O Chefe de Estado, João Lourenço, assume a presidência rotativa da União Africana (UA) durante a 38ª sessão ordinária da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da organização, prevista para os dias 15 e 16 de Fevereiro.

É a primeira vez que Angola vai dirigir, ao abrigo da rotatividade, o órgão máximo da União Africana, facto que coincide com o ano em que o país comemora os 50 anos da Independência Nacional, conquistada em 11 de Novembro de 1975.

A candidatura do país foi endossada, de forma unânime, pela Decisão 28 da 43^a Sessão Ordinária da Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da SADC, realizada no dia 17 de Agosto de 2023, em Luanda, tendo ratificado, assim, a recomendação da 25^a reunião do Comité Ministerial do Órgão de Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança da organização sub-regional, decorrida em Julho desse ano, em Windhoek, República da Namíbia.

Grupo de trabalho interministerial vai coordenar as tarefas

No final do ano passado, o Presidente da República determinou, por despacho, a criação de um grupo de trabalho interministerial para preparar, coordenar e organizar as tarefas inerentes às responsabilidades do país na presidência da União Africana.

O grupo de trabalho é coordenado pelo ministro das Relações Exteriores, Teté António, coadjuvado pelo ministro da Defesa Nacional, Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria, João Ernesto dos Santos “Liberdade”, e tem, ainda, como ponto focal nacional o embaixador de Angola na Etiópia e representante permanente junto da União Africana, Miguel Bembe.

Fazem, igualmente, parte do grupo de trabalho interministerial os ministros do Interior, das Finanças, do Planeamento, da Justiça e dos Direitos Humanos, da Indústria e Comércio, das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social, da Cultura, os secretários do Presidente da República para os Assuntos Diplomáticos e de Cooperação Internacional e para os Assuntos de Comunicação

Institucional e Imprensa. O grupo tem, entre outras atribuições, a missão de elaborar uma nota conceptual detalhada sobre a estratégia da presidência angolana, focada no tema escolhido, articulando-o com o da União Africana “Justiça para os africanos e os afro-descendentes por meio de indemnizações”, que deverá contemplar, ainda, a perspectiva sobre infra-estruturas, factor de desenvolvimento de África.

A missão do grupo contempla, também, a elaboração do plano de tarefas, o cronograma de actividades, o orçamento para a implementação destes instrumentos, organização, coordenação, execução e monitoramento das tarefas inerentes ao mandato de Angola junto da União Africana, enquanto presidente da organização continental.

O grupo deverá trabalhar em estreita colaboração com a Embaixada de Angola na Etiópia e missão permanente junto da União Africana na articulação com a Comissão da União Africana e outras instituições relevantes, para apresentar relatórios periódicos ao Titular do Poder Executivo sobre o progresso das actividades.

De recordar que durante a sua participação em 2023, na 3.^a edição da Bienal de Luanda, o presidente da Comissão da União Africana destacou os esforços de Angola na construção de um ambiente pacífico na região e no continente, de forma geral, fruto da experiência adquirida ao longo de anos, demonstrando respeito e fraternidade pelos povos africanos.

Moussa Faki Mahamat sublinhou, na altura, que “Angola conheceu a guerra durante anos e sabe o quanto custa, mas também alcançou a paz, e conhece como ninguém os seus benefícios”.

Tendo enfatizado, nesta ordem de ideias, o facto do Chefe de Estado angolano ter sido designado, pelos seus pares, Campeão da União Africana para a Paz e Reconciliação”. No palco da Bienal de Luanda, Moussa Faki considerou

a “Educação como um meio intermediário entre a paz e o desenvolvimento e a chave para a paz e a emancipação do homem”. (J.A.)++++

Angola e Cuba abordam em Doha relações de amizade e cooperação

O embaixador de Angola no Qatar, António Coelho Ramos da Cruz, e o seu homólogo de Cuba, Enrique Enríquez, apreciaram ontem as relações históricas e de amizade que unem os dois países.

A avaliação dos laços de cooperação realizou-se na Embaixada de Angola durante um encontro de cortesia. Segundo o diplomata António Coelho Ramos da Cruz, o encontro não só destaca a importância das relações bilaterais, mas também celebra um legado de solidariedade e amizade que perdura por décadas.

De recordar que o Chefe de Estado, João Lourenço, enviou, recentemente, uma mensagem ao Presidente cubano, Miguel Díaz-Canel, a felicitar as autoridades e o povo de Cuba pela celebração de mais um aniversário da Revolução Cubana.

“Esta data memorável, que assinala feitos relevantes da História de Cuba, continua a ser vista, seis décadas depois, como uma referência importante da acção de mulheres e homens pela sua liberdade, pelo impacto positivo que teve na consciencialização dos povos oprimidos sobre o valor da sua determinação e da sua força, quando se unem para enfrentar desafios difíceis e transpor os obstáculos que se lhes colocam no caminho da luta pelo resgate da sua dignidade”, escreveu.

O Chefe de Estado aproveitou a ocasião para manifestar ao líder cubano o contínuo desejo do Governo angolano de estreitar os laços de amizade, de cooperação e de solidariedade entre os dois países, “convictos de que na base dos

permanentes esforços comuns que temos vindo a empreender, de forma consistente, conseguiremos alcançar patamares importantes de desenvolvimento, de progresso e de resolução dos problemas fundamentais dos nossos dois povos e países”.

A Revolução Cubana foi um movimento armado e guerrilheiro que culminou com a destituição de Fulgencio Batista, no dia 1 de Janeiro de 1959, pelo Movimento 26 de Julho, liderado pelo guerrilheiro revolucionário Fidel Castro Ruz.

(J.A.)++++

Proposta de Lei da Provedoria de Justiça começa a ser discutida

As comissões de trabalho especializadas da Assembleia Nacional realizam, a partir de amanhã, até ao dia 10 deste mês, reuniões conjuntas para apreciação, discussão e votação, na especialidade, de várias propostas de lei, com realce para o da Provedoria de Justiça, e a designação e execução de actos jurídicos internacionais.

A proposta de lei da Provedoria de Justiça vai à discussão e votação na especialidade, depois de ter sido apreciada, em Conselho de Ministros, em Novembro do ano passado.

A Proposta de Revisão da Lei da Provedoria de Justiça, Lei n.º 27/20, de 20 de Julho, justifica-se pelas alterações introduzidas pela Lei de Revisão Constitucional e a necessidade de adequar a dinâmica da instituição face à entrada em vigor de legislação nacional e internacional que reforçam o papel e mandato do provedor de Justiça.

De acordo com um documento consultado pelo Jornal de Angola, as principais alterações visam, entre outras, mudar a natureza da Provedoria de Justiça de unidade orçamental para órgão orçamental, tendo em conta o facto de o provedor de Justiça ser uma entidade pública independente, nos

termos do Artigo 212-A da Constituição da República. Outra alteração tem a ver com a criação de um Departamento de Seguimento das Recomendações do Provedor de Justiça, por se tratar do instrumento mais importante de actuação do provedor de Justiça, visando o dever de cooperação das entidades ou instituições públicas.

O ajuste das atribuições do Conselho de Provedoria tendo em conta o papel e mandato do provedor de Justiça, bem como a alteração da periodicidade das sessões, passando de trimestrais para mensais, são outras das principais alterações ao diploma.

Resposta ao Plano Estratégico

O ajuste da organização interna, mediante a criação do Gabinete de Comunicação, Imprensa e Comunicação Institucional, é outra das alterações, que visa dar resposta ao Plano Estratégico, em geral, e ao Plano de Comunicação do Provedor de Justiça, em particular.

Com a revisão da Lei prevê-se, também, a criação de uma Direcção de Protocolo e Relações Públicas, tendo em conta as dinâmicas e exigências de trabalho da instituição.

Ainda entre as principais alterações ao diploma, está a designação dos Serviços Provinciais para Serviços Locais, tendo em conta o facto do provedor de Justiça ter competências sobre o Poder Autárquico, incorporando, no seu âmbito de competências, as Autoridades Tradicionais, conforme decorre da alínea b) do Artigo 3.º da Lei n.º 29/20, de 28 de Julho.

Com a revisão da lei está prevista a criação de uma Caixa Social dos Funcionários e Agentes Administrativos, que visa contribuir, deste modo, para o financiamento da mesma, nos termos da legislação em vigor. A proposta de Lei visa ainda a alteração do quadro de pessoal e organograma como

consequência das alterações da estrutura interna da Provedoria de Justiça.

Designação e Execução de actos jurídicos internacionais

De acordo com uma nota da Direcção de Comunicação Institucional da Assembleia Nacional, os deputados da 1.^a Comissão de Assuntos Constitucionais e Jurídicos apreciam, igualmente, a designação e execução de actos jurídicos internacionais.

A proposta de Lei que Altera a Lei n.º 1/12, de 12 de Janeiro, já apreciada em Conselho de Ministros, visa proceder ao reforço da conformidade e efectividade do Sistema Nacional de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais, ao financiamento do terrorismo e ao financiamento da proliferação de armas de destruição em massa, mediante o ajustamento do quadro legal de referência, propiciando, deste modo, o estabelecimento de mecanismos otimizados e cada vez mais alinhados com as boas práticas internacionalmente aceites, potencializando a melhoria do contexto social, económico e financeiro do país.

A proposta visa ainda, entre outros, propiciar, sob o escopo de conformação do regime jurídico de designação e execução de actos jurídicos internos e internacionais, a definição e operacionalização de mecanismos mais eficientes de implementação de sanções financeiras direccionadas e demais medidas restritivas a pessoas, grupos e entidades designadas sob razoável suspeita de cometimento, associação ou participação na prática de actos de terrorismo, de financiamento do terrorismo e da proliferação de armas de destruição em massa, entre outros.

A proposta de lei constitui mais um passo fundamental no quadro do reforço da estabilidade e resiliência do Sistema Financeiro Angolano, assim como um passo fundamental na materialização dos compromissos do Executivo angolano

assumidos em sede dos instrumentos directores da política governativa nacional, como o Programa de Governo para o Quinquénio 2022-2027, o Plano de Desenvolvimento Nacional 2023- 2027 e a Estratégia de Longo Prazo – Angola 2050. Disponibilização e consumo de bebidas alcoólicas

Está prevista também a discussão e votação na especialidade, nestes dias, das propostas de Lei sobre o Regime Especial de Disponibilização e Consumo de Bebidas Alcoólicas, que Altera a Lei n° 14/96, de 31 de Maio-Lei Geral de Electricidade, bem como a que altera a Lei n° 1/12, de 12 de Janeiro-Lei sobre a Designação e Execução de Actos Jurídicos Internacionais.

Sob responsabilidade da Comissão de Economia e Finanças, consta ainda da agenda a discussão e votação da Proposta de Lei sobre o Cofre Geral dos Tribunais e outras. (J.A.)++++

Reclusos postos em liberdade agradecem ao Chefe de Estado

Os reclusos restituídos à liberdade nas províncias do Bengo e da Lunda-Sul, no âmbito do Indulto Presidencial, elogiaram, sabado, o gesto de clemência do Chefe de Estado, João Lourenço.

Em declarações aos jornalistas, na cidade de Caxito, os antigos reclusos Mário António e Mabiala de Sousa, que estavam presos na Penitenciária de Caboxa, província do Bengo, condenados a cinco anos, por furto, agradeceram ao Presidente da República pelo perdão.

Mário António considerou o Indulto Presidencial um “milagre de Deus”, tendo elogiado a generosidade do Chefe de Estado angolano. “Foi um bom gesto do Presidente da República e estou muito agradecido por tudo. Sempre acreditei neste dia. Estou arrependido pelo que fiz.

Agora tenho de levantar a cabeça e começar uma nova vida, depois de me ter sido dada mais uma oportunidade para

estar em liberdade”, confessou o jovem, de 26 anos. Mabilia de Sousa, de 60 anos, foi apanhado a comercializar liamba e referiu, após a liberdade, estar arrependido pelo acto praticado, depois de ter cumprido dois anos e meio de prisão, dos cinco previstos.

“Não tenho palavras para descrever o gesto generoso do Presidente João Lourenço. Tenho uma fazenda e vou dedicar-me ao trabalho honesto do campo, com os filhos e a esposa. Sempre adorei ao Senhor, tive bom comportamento, agradeço por ser seleccionado para beneficiar do Indulto Presidencial”, disse.

Lunda-Sul

Visivelmente felizes mostraram-se, também, os reclusos Cláudio Adão, de 31 anos, e Bonifácio Agostinho, de 21, restituídos à liberdade, após beneficiarem do Indulto Presidencial.

Os dois antigos presos do Estabelecimento Prisional de Luzia, em Saurimo, há pelo menos um ano, consideraram “generosa” a decisão tomada pelo Presidente da República, ao mesmo tempo que prometeram não voltar a cometer mais crimes.

Cláudio Adão agradeceu a sensibilidade do “Pai da Nação”, sublinhando estar, agora, melhor preparado para assumir acções assertivas, respeitar a lei e aperfeiçoar os conhecimentos adquiridos na área de mecânica, de modo a ganhar honestamente o sustento para a família.

Sob o olhar comovente de outros reclusos, Bonifácio Agostinho, que beneficiou da mesma sorte, oito meses depois de ter sido preso, considerou o gesto do Presidente João Lourenço “bastante humano”, tendo projectado reatar os estudos e lutar por um emprego.

No pronunciamento feito durante a sessão, a directora em exercício do Estabelecimento Prisional de Luzia, Maria

Sapalo, apelou à necessidade de os cidadãos postos em liberdade pautarem por uma conduta exemplar, mantendo equidistância das pessoas e de grupos criminosos.

A responsável salientou que o Indulto Presidencial reflecte o sentimento de justiça e compaixão do Estado. O Estabelecimento Prisional de Luzia conta com 533 reclusos, 170 dos quais na condição de condenados e 363 detidos. (J.A.)++++

Nova Divisão Política promove desenvolvimento harmonioso

A nova Divisão Político-Administrativa (DPA) aprovada em Agosto, pela Assembleia Nacional, vai reduzir as assimetrias regionais e trazer desenvolvimento harmonioso nos vários sectores da vida pública, reiterou o governador provincial do Cuanza-Norte, João Diogo Gaspar.

O governante acrescentou que a nova DPA, em vigor desde o dia 1 de Janeiro deste ano, vai, igualmente, diminuir as distâncias dos cidadãos à procura dos serviços administrativos do Estado.

João Diogo Gaspar assinalou que esta acção vai permitir a construção de infra-estruturas de apoio às administrações municipais, bem como dos sectores da Educação, Saúde, estradas, entre outros. “Para além de aproximar as regiões, as novas circunscrições provinciais e municipais criadas terão orçamentos próprios e infra-estruturas, com vista à melhoria da vida da população”, disse.

No Cuanza-Norte, sete comunas ascenderam à categoria de municípios, nomeadamente Aldeia Nova e Caculo Cabaça (Banga), Tango e Luínga (Ambaca), Terreiro (Bolon-gongo), Massangano (Cambambe) e Cerca (Golungo-Alto).

(J.A.)++++

Tribunal Constitucional: Inutilidade do conflito entre UNITA e José Kachiungo dita extinção do processo

O plenário do Tribunal Constitucional (TC) extinguiu o pedido de impugnação de três deliberações submetidas a esta Corte pelo ex-deputado da UNITA José Pedro Kachiungo, por “inutilidade superveniente da lide”, ou seja, pelo facto dos direitos invocados pelo requerente terem sido restabelecidos pelo partido.

A decisão, plasmada no Acórdão n.º 947/2024, esclarece diante destes factos, que uma vez restituídos os direitos do requerente pela UNITA, torna qualquer decisão do Tribunal Constitucional desprovida de qualquer efeito útil, nos termos da alínea e) do artigo 287.º do Código de Processo Civil, aplicável por força do artigo 2.º da Lei do Processo Constitucional.

De referir que Estevão José Pedro Kachiungo interpôs a acção de impugnação das deliberações tomadas pela UNITA em 2021, 2023 e 2024, alegando a nulidade de três deliberações do partido que violaram os estatutos e a lei.

As deliberações impugnadas incluem a suspensão preventiva (Novembro de 2021) imposta pela Comissão Política da UNITA, transformada ilegalmente em sanção de dois anos sem prévia audição ou processo disciplinar.

A cessação de filiação: decisão do Conselho Nacional de Jurisdição e Auditoria (CNJA), sem audição prévia e, por fim, um novo processo disciplinar (Fevereiro de 2024) : relativo a factos ocorridos em 2022. Quanto às deliberações, o plenário do TC concluiu na sua apreciação que a suspensão preventiva deve ser temporária e respeitar os limites legais, sendo que a falta de audiência prévia e de processo disciplinar tornam a sanção nula.

Quanto à cessação de filiação, esta deve ocorrer conforme as normas estatutárias e legais, o que não ocorreu no

processo. Sobre o novo processo disciplinar, referiu que a instauração de processo disciplinar fora do prazo legal é nula.

Em tom pedagógico, o Tribunal Constitucional alertou que a ausência de decisão sobre os recursos submetidos pelo requerente a nível dos órgãos internos do partido gerou incertezas quanto aos seus direitos partidários.

Na apreciação do Processo, o Tribunal Constitucional começou por, a título de questão prévia, julgar improcedente a excepção dilatória de ilegitimidade activa invocada pelo partido em resposta à acção interposta pelo requerente, por entender que o mesmo possui legítimo interesse em demandar em juízo contra a UNITA, na medida em que buscava a tutela jurisdicional efectiva de direitos que entendeu terem sido violados.

Mediante a decisão do plenário do Constitucional, a reportagem do Jornal de Angola procurou contactar, de forma insistente as partes, a UNITA e o requerente, José Pedro Kachiungo, mas sem sucesso.

Em Março de 2024, com fundamento nos estatutos da UNITA, Kachiungo solicitou a declaração de nulidade das deliberações, interligadas, de órgãos do partido, que foram a seu tempo impugnadas, por violação dos estatutos e da Lei. De referir aqui que o ex deputado e militante histórico da UNITA já foi notificado pelo Tribunal Constitucional.

Estevão José Pedro Kachiungo foi um dos candidatos à liderança da UNITA no XIII congresso ordinário, que decorreu no Sovsmo, em Viana, em 2019, tendo eleito Adalberto Costa Júnior presidente do partido. Desde a sua suspensão, em 2021, que não se ouve falar muito do político. (J.A.)++++

Icolo e Bengo: Governador nomeia directores provinciais e administradores

Os primeiros quadros nomeados para ocupar cargos de directores provinciais e administradores municipais, na província de Icolo e Bengo, tomam posse, hoje, em cerimónia a realizar-se na sede do governo local, em Catete.

Trata-se de 13 directores provinciais, administradores municipais e de comunas, e membros do gabinete do governador provincial, Auzílio Jacob, nomeados por despacho, na sequência da promoção daquele território à província, no quadro da Nova Divisão Político-Administrativa.

De acordo com uma nota de imprensa do Gabinete Provincial de Comunicação Social de Icolo e Bengo, foram nomeados os directores provinciais da Saúde, da Educação, da Acção Social, Família e Igualdade de Género, do Ambiente, Gestão de Resíduos e Serviços Comunitários, da Agricultura, Pecuária e Pescas, dos Transportes, Tráfego e Mobilidade Urbana, do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística, e dos Registos.

Por conveniência de serviço, os referidos cargos vão ser ocupados por Carla Graciela Fortes, Joaquim Cabral, Isabel Vesse-Vesse Salomão, Jorge Zua Mondo, José Manuel de Castro, Júlio António Azevedo, José Joaquim Manuel, e João Helmano Adriano, respectivamente.

Foram igualmente nomeados Amélia Clementino da Rosa Tavares para directora do gabinete do governador, Délcio Ribeiro Pedro, secretário-geral do Governo Provincial de Icolo e Bengo, enquanto Mário António vai dirigir os Recursos Humanos, Hugueth de Carvalho Pacavira foi chamada para responder pela Direcção Jurídica e Intercâmbio e Francisco Lima Victoriano foi indicado para gerir a Comunicação Social.

Administrações municipais

Num outro despacho a que este jornal teve acesso, o governador provincial de Icolo e Bengo nomeou os administradores de seis dos sete municípios, faltando o da Quiçama.

Neste contexto, foram indicados Isabel Kudiqueba dos Santos para administradora de Cabiri, Niria Marques, de Calumbo, Francisco Tchipilica, de Bom Jesus, e Adão Pacheco, do Sequele.

Num outro documento, os administradores da comuna do Cabo Ledo, Clementina António Palma, e do distrito de Catete, Anderson Pedro, foram promovidos a administradores municipais, enquanto os administradores das demais comunas se mantêm nos cargos até novas propostas.

Antes, Isabel Kudiqueba dos Santos foi exonerada do cargo de administradora do município de Icolo e Bengo, Niria Marques, da Quiçama, e Francisco Tchipilica, do Sequele. Foram igualmente indicados três assessores do Gabinete do Governador Provincial.

De referir que a província de Icolo e Bengo surgiu da criação da Nova Divisão Político-Administrativa (DPA), tendo criado outras duas unidades territoriais, nomeadamente Moxico-Leste e Cuando, como resultado da divisão, respectivamente, de Luanda, Moxico e Cuando Cubango.

Com sede no município de Catete, a província de Icolo e Bengo tem sete municípios e 11 comunas. O primeiro governador da recém-criada província de Icolo e Bengo, Auzílio de Oliveira Jacob, foi apresentado em Dezembro à população, na vila de Catete, sede capital da nova unidade territorial.

A apresentação do governador aconteceu em simultâneo com o acto formal de institucionalização da província de Icolo e Bengo, sob orientação do ministro da Administração do Território (MAT), Dionísio Manuel da Fonseca. A nova província de Icolo e Bengo surgiu ao abrigo da nova Divisão

Político-Administrativa (DPA) de Angola, aprovada a 14 de Agosto de 2024, pela Assembleia Nacional. Na nova configuração, o país passou a ter três novas províncias, perfazendo 21 regiões, 326 municípios e 378 comunas.

As novas províncias resultaram da divisão das do Moxico (Moxico-Leste), do Cuando Cubango (Cubango) e de Luanda (Icolo e Bengo). A província de Icolo e Bengo, saída da divisão de Luanda em duas, tem como sede a vila de Cateete. (J.A.)++++

Nacionalista José Ventura diz que a luta foi necessária

O nacionalista José Ventura disse que as populações tiveram de "aturar" ao longo dos anos o Governo colonialista português, pelo que, em Janeiro de 1961, os angolanos, fartos, revoltaram-se abertamente contra os maus-tratos, o que resultou, pouco depois, na luta, que era necessária, pela libertação nacional.

"Os actos que estavam na clandestinidade começaram a aparecer de facto à luz do dia. Começou, então, o 4 de Janeiro, protagonizado por uma parte da população da província de Malanje que, saturada dos maus tratos do regime colonial e de ser explorada, resolveu fazer uma greve pacífica, feito nunca antes registado no país", referiu.

Entretanto, continuou, o Governo português para reprimir a manifestação mandou uma força militar bruta para "abafar" a greve que as populações da Baixa de Cassanje faziam naquele ano, cujo objectivo era não só a melhoria das suas condições de vida e trabalho digno, mas também um passo para reivindicar a Independência. "Os militares falharam.

O povo unido conseguiu levar a cabo a revolta, tendo, neste caso, saído vitorioso. A força das populações foram determinantes para reacender a chama da luta armada de

libertação nacional", regozijou-se. O, também, membro do Conselho de Honra realçou ainda que por ocasião do 50º aniversário da Independência Nacional, que se assinala este ano, devem ser lembrados todos os factos históricos que conduziram os angolanos à liberdade, incluindo a revolta da Baixa de Cassanje.

"É importante continuarmos a citar todos os factos que antecederam o 11 de Novembro de 1975. Cada época é uma época. A nossa geração lutou para acabar com o colonialismo e com o sofrimento. Desta forma, chegamos à independência. Ora, agora, estamos na fase de reconstrução nacional, mas é preciso não deixar ninguém para trás", frisou.

José Ventura apelou às novas gerações, que têm uma nova época e não viveram os momentos difíceis da guerra, que preservem a Independência, lutando pelo conhecimento científico para o desenvolvimento do país.

Só deste modo, avançou, "seremos livres e continuaremos a ser independentes e fazemo-nos respeitar pela comunidade internacional". "Quero ver o meu povo a viver melhor, ter sempre ao seu dispor tudo quanto a independência poderia e deve dar", disse.

Ascofa aplaude união dos movimentos de libertação

O presidente da Associação de Apoio aos Antigos Combatentes das ex-FAPLA (ASCOFA), Caetano Marcolino, salientou que os movimentos de libertação, MPLA, UNITA e FNLA, que fizeram parte da luta contra a ocupação colonial, estão, cada vez mais, unidos na organização e na defesa dos interesses dos veteranos da pátria.

"Os militares que deram continuidade, os veteranos da pátria e antigos combatentes estão hoje mais organizados. Temos agora uma federação que congrega todos os antigos combatentes, dos três movimentos históricos de libertação", aplaudiu. Neste contexto, Caetano Marcolino pediu que o

Governo angolano olhe, cada vez mais, para aqueles que "deram tudo pela conquista da Independência Nacional", melhorando as suas condições económicas e sociais. É certo, prosseguiu, que ainda há muitos antigos combatentes que não beneficiam da reforma, ma há, também, aqueles que "na verdade" já beneficiam e "estão bem".

"Estamos a falar de alguns antigos combatentes e veteranos da pátria que beneficiam da Caixa Social, mas há os mais vulneráveis e há aqueles que não tiveram a mesma sorte. O Governo tem que olhar para eles, o Ministério tem que olhar para eles", solicitou.

Antigos combatentes auguram novos incrementos nas pensões

O director provincial dos Antigos Combatentes, Baptista Correia, anunciou que haverá novos incrementos para os pensionistas, na medida em que o Governo vai aumentar a pensão da Função Pública.

"Para este ano, o sector tem vários projectos e programas para a melhoria das condições sociais dos antigos combatentes, nomeadamente a atribuição do cartão de identificação, inserção dos cerca de cinco mil pensionistas que estão na lista de espera, e também melhorar as condições sociais no que concerne à assistência médica e medicamentosa, e aumento sequencial das pensões", assegurou.

Baptista Correia referiu, por outro lado, que em relação às reclamações dos pensionistas, já se tem notado uma certa redução das reclamações por conta do trabalho de sensibilização que tem sido feito. "Certamente que as reclamações vão diminuindo, mas é um processo, vamos trabalhar para melhorar ainda mais", assegurou.

O responsável sublinhou que o processo de recadastramento e prova de vida veio conferir outra imagem ao sector e também no sentido do aumento das pensões. Esta situação,

segundo Baptista Correia, representava um grande problema para os assistidos, porque a pensão, anteriormente fixada em 23 mil, agora ronda os 57 mil de kwanzas, um aumento significativo, mas que ainda assim não resolve todos os problemas, mas já é um passo importante. (J.A.)++++

Governador destaca sacrifício dos angolanos na luta pela liberdade

O governador provincial do Cuanza-Norte assinalou, sábado, que o 4 de Janeiro, além de prestar homenagem aos Mártires da Repressão Colonial em Angola, deve servir, também, como um momento de profunda reflexão e reconhecimento do sacrifício consentido por todos aqueles que deram as suas vidas em prol da liberdade e dignidade do povo angolano.

Ao discursar durante as celebrações deste marco histórico no município de Golungo-Alto, João Diogo Gaspar disse que o sangue derramado no Massacre da Baixa de Cassanje deve representar, para os angolanos, momentos de profunda reflexão a fim de honrar a memória daqueles que consentiram o sacrifício da própria vida para que Angola se tornasse hoje livre e independente.

No encontro subordinado ao lema "Angola 50 anos, preservar e valorizar as conquistas alcançadas para construirmos um futuro melhor", reconheceu, de igual modo, os esforços do nacionalista Mário Pinto de Andrade, que também lutou para que o país fosse livre do jugo colonial português.

"O 4 de Janeiro é um dia de memória, reflexão e também de compromisso com valores da justiça, igualdade e soberania, que nos guiaram na luta pela Independência", realçou. O governante defendeu que a celebração da efeméride deve servir, também, para exploração de todas as formas e meios possíveis com vista à divulgação e sensibilização da

juventude para a preservação da paz, da concórdia e do bem-estar de todos. "Esta acção deve ser para a transmissão do conhecimento da nossa história à juventude. Não basta aprendermos nas escolas ou nas instituições de ensino superior, pois um povo sem história é um povo sem futuro", disse.

Segundo João Diogo Gaspar, com a implementação de mais municípios na província, o Governo vai continuar a melhorar as vias de acesso para facilitar o escoamento dos produtos das famílias camponesas e antigos combatentes, bem como potenciar as associações e cooperativas agrícolas para o aumento da produção nacional.

O responsável reafirmou que o Executivo tem dedicado especial atenção à classe dos antigos combatentes e veteranos da pátria com programas e projectos que têm permitido melhorar as condições sociais das famílias e das comunidades onde estão inseridas.

Estas políticas de protecção, prosseguiu, têm garantido a integração dos antigos combatentes e veteranos da pátria e dos seus descendentes na actividade produtiva, por via da atribuição de meios, recursos e equipamentos de trabalho para o desenvolvimento sustentável da economia nacional.

O governador da província do Cuanza-Norte encorajou a multiplicação destas iniciativas, reforçando as acções em prol do aumento da produção nacional, da segurança alimentar e do desenvolvimento económico e social do país.

Reconhecimento de outras batalhas

Por sua vez, o chefe de secção dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria no Golungo-Alto defendeu o reconhecimento de outras batalhas e individualidades que também derramaram o seu sangue pela liberdade do país, enfatizando as figuras de Muto-ya-Kevela, Cazuangongo, Tulante Bula, Cônego Manuel das Neves, Bernardino, Imperial Santana e

outros heróis de que muito pouco se fala. Jerónimo Manuel Francisco informou que o município de Golungo-Alto tem o registo de 150 antigos combatentes e veteranos da pátria.

De recordar que foi há 64 anos que o então regime colonial português massacrou milhares de camponeses na região da Baixa de Cassanje, província de Malanje, que reivindicavam a valorização do preço do algodão e reclamaram também dos maus tratos e trabalhos forçados. (J.A.)++++

Governador Manuel Nunes Júnior destaca bravura dos heróis da Pátria

O município da Catumbela, na província de Benguela, acolheu, sábado, o acto provincial do Dia dos Mártires da Repressão Colonial, presidido pelo governador provincial de Benguela, Manuel Nunes Júnior.

Na ocasião, o governante dissertou sobre o 4 de Janeiro de 1961, uma data histórica, de grande relevância para Angola, pelo facto de, há 64 anos, os angolanos terem dado a protagonizado a primeira grande revolta do século XX contra a repressão e a exploração colonial portuguesa.

"Foi uma revolta de milhares de camponeses angolanos heróicos e destemidos, trabalhadores da Cotonang, que era a companhia geral de algodão de Angola, em Malanje", disse o governante.

O responsável máximo da província garantiu que tudo será feito para que, em conjunto com as instituições que lidam directamente com os Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria, se continue a dar solução, de modo gradual e sistemático, aos problemas mais prementes deste importante segmento da sociedade.

O acto, que decorreu sob o lema "Preservar e valorizar as conquistas alcançadas, construindo um futuro melhor", foi antecedido da deposição de uma coroa de flores no túmulo

do soldado desconhecido, no Cemitério Municipal da Catumbela e visita ao Forte do São Pedro (Catumbela). (J.A.)++++

PIIM na Lunda-Norte prioriza infra-estruturas

O Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) joga um papel preponderante na dinamização das infra-estruturas da província da Lunda-Norte, nos diferentes municípios, reconheceu a governadora Filomena Miza.

A governadora provincial, que falava durante os cumprimentos de fim-de-ano, no Dundo, revelou que, em 2024, foram inscritos 108 projectos do PIIM, dos quais 54 foram concluídos.

De acordo com a governadora, destes números, 32 estão em curso, cinco paralisados e 17 por iniciar, tendo assegurado que, para este ano, a meta é dar continuidade às obras paralisadas e concluir os demais projectos existentes, para que se possa dar início aos novos projectos sociais, culturais e económicos em carteira.

Filomena Miza informou, também, que, em Maio do ano passado, foram desembolsados, no âmbito do PIIM, 12 mil milhões, quatrocentos e oitenta milhões, cento e trinta mil, quatrocentos e noventa e sete kwanzas, setenta e cinco cêntimos (12.480.130.497,75), esclarecendo que, no domínio das infra-estruturas, o Governo local esteve centrado na construção de escolas de 12 e sete salas de aula.

De igual modo, revelou a governadora, foram edificadas residências de tipologia T3; esquadras policiais; centros médicos e postos de saúde; complexos administrativos; sistemas de abastecimento de água por furo artesiano; aquisição de equipamentos de limpeza e saneamento básico, assim como a reabilitação de vias de acesso.

Estradas

No que concerne à construção de estradas, Filomena Miza esclareceu que se vão dar início às obras de reabilitação da Estrada Nacional 170, no troço Camaxilo – Lubalo – Xinge, tendo a empreitada sido já adjudicada, prevendo-se que a execução comece ainda no primeiro trimestre deste ano.

Em curso estão, ainda, a construção, reabilitação e ampliação de algumas infra-estruturas importantes da província, que vão dar um impulso ao desenvolvimento local, como a Administração Municipal do Lubalo, Campus Universitário no município do Chitato, centrais fotovoltaicas de Lucapa, Cuango, Cafunfo e Cambulo, com níveis de execução física acima dos 80 por cento.

Filomena Miza esclareceu, igualmente, que se encontram concluídas as obras de contenção e estabilização das ravinas da Alameda, no município de Caungula, da ravina do bairro 10 de Dezembro, na cidade de Lucapa, e das ravinas do aeroporto e do acesso à Centralidade do Mussungue, na cidade de Chitato.

Em 2024, acrescentou a governadora, foram inauguradas escolas no município de Lubalo e Lóvua, além de um Complexo Escolar, no município de Chitato.

A localidade de Itanda, no Canzar, município de Cambulo, ganhou um posto de saúde, tendo os municípios de Cambulo e de Lubalo beneficiado, também, de sistemas de abastecimento de água por furos artesianos. Para este ano, a governadora garante que vão ter início os projectos Solar 2 e 3, assim como das centrais fotovoltaicas nos municípios de Caungula, Cuilo, Lóvua, Lubalo e Xa-Muteba, e das localidades de Camaxilo, Camissombo, Capaia e Canzar.

Para mais, vai ser requalificada a cidade do Dundo, a Estrada Nacional 225, propriamente no desvio Cuango - Xá-Muteba, construção do troço de estrada Nzagi-Txicolondo,

numa extensão de 90 quilómetros, e a conclusão das obras paralisadas no âmbito do PIIM e Eurobonds. O objectivo, explicou a governadora, passa por dar, também, uma atenção especial à promoção de estudos de implementação dos Planos Urbanísticos, Plano Director Municipal, Plano Provincial de Ordenamento do Território, assim como a recuperação dos edifícios antigos e em degradação. (J.A.)++++

Defendida maior valorização dos heróis do 4 de Janeiro de 1961

Os vice-governadores das províncias de Luanda e de Cabinda para a área Técnica e Infra-estruturas, Calunga Quissanga e Juliano Capita, respectivamente, defenderam, sabado, uma maior valorização e respeito aos feitos protagonizados pelos Heróis da Baixa de Cassanje.

Calunga Quissanga fez este pronunciamento durante o acto de deposição de uma coroa de flores no túmulo do soldado desconhecido, que assinalou, na capital do país, o Dia dos Mártires da Repressão Colonial.

O responsável salientou que os 64 anos não podem ser esquecidos pelos angolanos, “na medida em que nos atribui maior responsabilidade para enaltecer e valorizar a memória dos combatentes” que naquele fatídico dia perderam a vida em prol da pátria.

Cabinda

Para o vice-governador Juliano Capita, da província de Cabinda, os acontecimentos do 4 de Janeiro, na Baixa de Cassanje, em 1961, constituem um símbolo de coragem, resistência e determinação do povo angolano contra a opressão colonial e importante catalisador da Luta de Libertação Nacional.

Ao intervir no acto provincial do Dia Nacional do Massacre da Baixa de Cassanje, o responsável disse que a revolta

do 4 de Janeiro é um marco do nacionalismo angolano, que transcendeu as cores políticas, distinções religiosas, linguísticas ou raciais.

A revolta protagonizada pelos angolanos naquela situação, acrescentou o vice-governador, foi uma acção colectiva movida por um sentimento de amor à pátria, à terra, por um sonho de progresso social, bem-estar e liberdade colectiva.

De acordo com Juliano Capita, as lições amargas do passado, tendo a Baixa de Cassanje como referência, devem servir para os angolanos uma constante lembrança da importância da unidade em torno de objectivos comuns, tais como a paz, desenvolvimento sustentável, o bem-estar social e económico para todos.

“Os exemplos heróicos do passado devem servir para todos como um lembrete da importância de estarmos unidos em torno dos nossos objectivos comuns, tais como preservar a paz, o desenvolvimento sustentável do país, o bem-estar social e económico de todos”, salientou. (J.A.)++++

Cinco mil turistas visitam Memorial da Batalha do Cuito Cuanavale

Cinco mil e 467 turistas nacionais e estrangeiros visitaram, durante o ano passado, o Memorial à Vitória da Batalha do Cuito Cuanavale, contra os 15.400 que a infra-estrutura registou, em 2023, verificando um déficit de 9.933 visitantes.

O memorial homenageia a coragem dos protagonistas do confronto militar, cujo desfecho ditou o fim do regime do apartheid, na África do Sul, a libertação de Nelson Mandela e a Independência da Namíbia.

Em declarações ao Jornal de Angola, o director do memorial, coronel António Tchilulu, explicou que dos 5.467 turistas, 5.153 são angolanos e 314 provenientes de Cuba,

Rússia, África do Sul, Namíbia, Zimbabwe e Botswana. Sem avançar o valor arrecadado, António Chilulu disse que para a visita ao Memorial à Vitória da Batalha do Cuito Cuanavale, os turistas nacionais pagam 350 kwanzas e os estrangeiros 500 kwanzas.

Fez saber que estes valores são isentos para as pessoas que fazem parte das delegações protocolares, efectivos dos órgãos de defesa e segurança, antigos combatentes e veteranos da pátria, desde que se fazem acompanhar com os seus respectivos documentos.

Destacou que, o que mais tem encantado os turistas é a imponente infra-estrutura que o Executivo construiu em homenagem aos heróis da Batalha do Cuito Cuanavale, que espelha muito bem os momentos cruciais da epopeia.

Segunda fase

António Chilulu indicou que, em 2024, registou-se fraca visita de turistas nacionais e estrangeiros em função das obras da II fase de construção do Memorial à Vitória da Batalha do Cuito Cuanavale, que decorrem desde Agosto do ano passado, a cargo de uma empreiteira chinesa.

“Estamos a trabalhar apenas a 75 por cento de acesso ao memorial que não permite aos nossos turistas visitarem o Museu das Pirâmides, onde se encontram os troféus e os acervos da guerra”, disse, acrescentando que, neste momento, os turistas têm apenas acesso à visita do Monumento à Bandeira, o museu a céu aberto e o Triângulo do Tumpo.

O director do Memorial disse que as obras da II fase da infra-estrutura abrangem a construção de uma unidade hoteleira de 40 quartos para acomodar os turistas, que vêm de várias regiões do país e do exterior, reabilitação de 25 residências protocolares e a biblioteca, onde os visitantes vão ter acesso aos livros e vídeos que retratam a Batalha do Cuito Cuanavale. As obras contemplam também a reabilitação do

Museu das Pirâmides e têm a conclusão prevista para Novembro deste ano, no quadro dos 50 anos da Independência Nacional.

António Tchilulu agradeceu o projecto do Governo Central e, em particular, o Presidente da República, João Lourenço, por ter apostado na construção de unidades hoteleiras que vão atender às preocupações dos turistas, que percorrem cerca de 200 quilómetros da cidade de Menongue ao Cuito Cuanavale, sem encontrarem nenhum hotel para passarem as noites.

“Esta situação tem obrigado com que os turistas visitem apenas algumas horas o memorial e depois têm que regressar à cidade de Menongue, onde existem condições de acomodação”, disse.

António Tchilulu assegurou que até Novembro deste ano, o Memorial à Vitória da Batalha do Cuito Cuanavale vai contar com melhores condições. (J.A.)++++

Barragens de Laúca e Cambambe iniciam abertura das comportas

As comportas das barragens Hidroeléctricas de Laúca, na província de Malanje, e Cambambe, na do Cuanza-Norte, são abertas, hoje, devido a subida do caudal do rio Kwanza. O anúncio foi feito, ontem, pela Rede Nacional de Transporte de Electricidade (RNT-EP).

Em comunicado, a Rede Nacional de Transporte de Electricidade refere que o processo de descarga de água inicia nas primeiras horas do dia e a inundação pode afectar campos agrícolas, localizados nas margens do Baixo Kwanza.

“Com vista a cautelar os efeitos negativos resultantes da subida do nível de água do rio, a comissão técnica da RNT estabeleceu contactos com os Serviços de Protecção Civil e Bombeiros através dos Governos provinciais de Luanda,

Cuanza-Norte e Malanje, para as medidas preventivas necessárias”, lê-se no documento distribuído à imprensa pela RNT. A instituição apelou à população a manter-se atenta e a acatar as recomendações dos órgãos competentes.

A situação, que ocorre todos os anos nos meses de Março e Abril, provoca cheias e inundações no Baixo Kwanza, com a devastação de campos agrícolas, tendo como epicentro a comuna de Massangano, na província do Cuanza-Norte.

(J.A.)++++

Serviços de Comunicação Institucional e Imprensa da Embaixada da República de Angola na República Portuguesa, 06 de Janeiro de 2025

Av.ª da República nº68, 1069-213
Lisboa – Portugal
Telf.: (+351) 965902180
Fax: (+351) 217 951 778
embaixada.portugal@mirex.gov.ao • www.embaixada.pt



mirex.gov.ao
Ministério das Relações Exteriores